

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PAULO EDUARDO PEREIRA

**ASPECTOS DA CENTRALIZAÇÃO CONTÁBIL DE COOPERATIVAS DE
CRÉDITO CENTRAIS E AFILIADAS: UM ESTUDO DE CASO NA UNICRED
CENTRAL SC**

**FLORIANÓPOLIS
2007**

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SÓCIO ECONÔMICO – CSE
CURSO DE CIÊNCIAS CONTÁBEIS**

PAULO EDUARDO PEREIRA

**ASPECTOS DA CENTRALIZAÇÃO CONTÁBIL DE COOPERATIVAS DE
CRÉDITO CENTRAIS E AFILIADAS: UM ESTUDO DE CASO NA UNICRED
CENTRAL SC**

Monografia apresentada ao Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina como requisito parcial à obtenção do grau de Bacharel em Ciências Contábeis.

Orientador: Professor Dr. Ernesto Fernando R. Vicente

**FLORIANÓPOLIS
2007**

Paulo Eduardo Pereira

**ASPECTOS DA CENTRALIZAÇÃO CONTÁBIL DE COOPERATIVAS DE
CRÉDITO CENTRAIS E AFILIADAS: UM ESTUDO DE CASO NA UNICRED
CENTRAL SC**

Esta monografia foi apresentada como Trabalho de Conclusão de Curso de Ciências Contábeis da Universidade Federal de Santa Catarina, obtendo a nota média de....., atribuída pela banca constituída pelo orientador e membros abaixo mencionados.

Professora Elisete Dahmer Pfitfcher
Coordenadora de Monografias do Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professores que compuseram a banca:

Professor Orientador Dr. Ernesto R. Fernando Vicente
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professor Loreci João Borges
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Professor Erves Ducati
Departamento de Ciências Contábeis, UFSC

Florianópolis, 27, novembro de 2007

Dedico a realização desta monografia ao meu querido Pai, que me ensinou a pensar diferente do tradicional, procurando a verdade, e não a aceitar a imposta.

AGRADECIMENTOS

Em minha vida tive momentos ótimos, sempre atingindo os objetivos, chamam de planejamento divino, outros de destino e alguns de sorte, mas não existe sorte, e sim a junção do preparo com a oportunidade.

O preparo veio a mim a princípio das fundações familiares, por este motivo agradeço a minha amada mãe **Terezinha** e a meu querido pai **Paulo**.

Após estes agradeço a todos os bons professores incluindo o meu orientador **Ernesto**, que assumiu este projeto como sua responsabilidade.

Agradeço a todos da Unicred Central por proporcionar os recursos necessários para a confecção deste projeto, em especial **Silvana** por permitir a utilização dos dados e **Alessandra**, que em muitos momentos da minha vida serve de orientadora, mãe, professora e sempre amiga.

Agradeço também a todos os outros funcionários, que enquanto estava neste processo de aprendizado tiveram que ter uma paciência enorme comigo.

Não posso esquecer-me de agradecer a minhas irmãs **Giselle** e **Larissa**, que trazem um sorriso a mim nos momentos de tristeza e fraqueza.

A todos que me conhecem trago meus sinceros agradecimentos, por contribuírem com mais este processo de minha vida, ou até aos que não contribuíram, pois assim validamos ainda mais esta conquista

*“A força não provém da
capacidade física e sim de uma
vontade indomável”.*

Mahatma Gandhi

RESUMO

PEREIRA, Paulo Eduardo. *Aspectos da centralização contábil de cooperativas de crédito centrais e afiliadas: um estudo de caso na Unicred Central SC*. 2007. XX. Monografia (Ciências Contábeis) – Departamento de Ciências Contábeis, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

Atualmente muitos profissionais para escapar das elevadas taxas do sistema financeiro tradicional, filiam-se a instituições denominadas cooperativas de crédito. Estas entidades possuem características interessantes aos estudiosos das ciências contábeis, em destaque a contabilidade mista entre cooperativa e banco. Este trabalho com metodologia descritiva, abordagem qualitativa e quantitativa, através de procedimentos bibliográficos, documentais, estudo de caso e pesquisa ação, vem demonstrar o funcionamento dos processos e procedimentos contábeis de uma contabilidade centralizada em cooperativas de crédito. Fundamentado no sistema Unicred Santa Catarina, através do fornecimento dos dados da Unicred Central, vem demonstrar as características assumidas nas rotinas contábeis desta instituição frente à centralização das contabilidades de suas afiliadas. A centralização contábil surgiu por decisão dos gestores, estes possuem a expectativa que em breve a instituição reguladora (BACEN) venha exigir tal processo, isto dado que vários outros processos já estão centralizados por regulamentação obrigatória. No decorrer do desenvolvimento desta pesquisa, o processo de centralização contábil demonstrou-se com características que até a presente data garantem seu sucesso e continuidade, como organização, flexibilidade e diminuição dos custos da contabilidade nas cooperativas afiliadas. Podendo esta monografia servir como roteiro ou ponto de partida a qualquer cooperativa de crédito nacional que venha centralizar sua contabilidade.

Palavras Chave: Centralização Contábil. Rotinas Contábeis. Cooperativas de Crédito.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Ilustração 1 Plano de Contas Cooperativas de Crédito	27
Ilustração 2 Destinação PL	30
Ilustração 3 Destinação Captação	31
Ilustração 4 Principais Transições na Movimentação Contábil	32
Ilustração 5 Fluxo de Informações Contábeis	47

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 Banco X Cooperativas	26
Quadro 2 Rotinas Diárias Referentes ao Balanço	40
Quadro 3 Relatórios Obrigatórios BACEN	46
Quadro 4 Análise dos Resultados	49

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 Relatório de Variação de Receitas e Despesas	43
Tabela 2 Carteiras	43
Tabela 3 Balancete	45

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 Evolução das Carteiras	44
Gráfico 2 Evolução Nº de Cooperados	44

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACI	Associação Cooperativista Internacional
BACEN	Banco Central do Brasil
BANCOOB	Banco Cooperativo Brasileiro
C/C	Conta Corrente
CEP	Cidade, Estado ou País
CNPJ	Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas
CMN	Conselho Monetário Nacional
COSIF	Plano Contábil das Instituições do Sistema Financeiro Nacional
FATES	Fundo de Amparo Técnico Educacional e Social
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor Amplo
NBCT	Normas Técnicas Brasileiras de Contabilidade
OCB	Organização das Cooperativas Brasileiras
OCESC	Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina
PADRON	Plano de Contas Padronizado
PL	Patrimônio Líquido
SAU	Sistema de Automação Unicred
SC	Santa Catarina
SICRED	Sistema de Crédito Cooperativo
UCSC	Unicred Central SC

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	11
1.1 TEMA E PROBLEMA.....	12
1.2 OBJETIVOS	14
1.2.1 Objetivo Geral	14
1.2.2 Objetivos Específicos	14
1.3 JUSTIFICATIVA.....	15
1.4 METODOLOGIA.....	16
1.5 LIMITAÇÃO DA PESQUISA.....	17
1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO.....	18
2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	19
2.1 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO	19
2.2 CONCEITUAÇÕES E CARACTERÍSTICAS	20
2.2.1 Cooperativas	20
2.2.2 Cooperativas de Crédito	21
2.2.3 Princípios do Cooperativismo	22
2.3 CENÁRIO NORMATIVO COOPERATIVO DE CRÉDITO.....	23
2.4 CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO	24
2.4.1 Contabilidade	24
2.4.2 Cooperativas de Crédito X Bancos	25
2.4.3 Estrutura Contábil	26
2.4.4 Movimentos Comuns e Reflexos Contábeis	29
2.4.4.1 Atos Cooperados e seus Reflexos.....	30
2.4.4.2 Fluxo de Recurso e Reflexos Contábeis	31
3. DESENVOLVIMENTO.....	34
3.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	34
3.2 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO CONTÁBIL.....	35
3.3 ROTINAS CONTÁBEIS	36
3.3.1 Rotinas Físicas	36
3.3.2 Rotinas de Conciliação	37
3.3.3 Rotinas Gerenciais Contábeis.....	37
3.3.4 Rotinas Diárias/Rotinas de Fechamento	37
3.3.5 Rotinas Pré-Estipuladas	38
3.3.6 Apresentação das Contas Contábeis da Rotina Diária	39
3.3.7 Rotinas de Fechamento	40
3.3.8 Procedimentos Adotados nas Rotinas	41
3.4 RELATÓRIOS CONTÁBEIS.....	42
3.4.1 Relatório de variação Receita e Despesa.....	42
3.4.2 Balancete	45
3.4.3 Relatórios Obrigatórios ao BACEN	46
3.5 FLUXOS DE INFORMAÇÕES DA CONTABILIDADE CENTRALIZADA	46
3.6 DIFERENÇAS CONTÁBEIS.....	48
3.6.1 Tratamento das Diferenças Contábeis antes da Centralização.....	48
3.6.2 Tratamento das Diferenças Contábeis após a Centralização	49
3.7 ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	49

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS	51
REFERÊNCIAS	54
ANEXO 1 AUTORIZAÇÃO DA ENTIDADE	54

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, dado às dificuldades de obtenção de crédito a baixo custo, nas tradicionais instituições do Sistema Financeira Nacional – SFN, têm surgido novas possibilidades para o atendimento a esse mercado. Dentre essas possibilidades, um novo tipo de entidade merece destaque: As cooperativas de crédito.

Por se tratarem de sociedades formadas por pessoas com interesses em comum, estas instituições possuem vários aspectos diferenciados dos Bancos, o principal encontra-se no objetivo da sociedade, que de acordo com Rizzardo (2000, p.15) “[...] enquanto as cooperativas de crédito socializam o crédito, os bancos promovem a industrialização do crédito [...]”. Esta industrialização do crédito somada à frieza inter-pessoal (cliente/bancário), faz com que as cooperativas cada vez mais captem cooperados para suas instituições com fomento de crédito e tratamento caseiro.

Dada à função social destas entidades, os custos de serviços e retorno dos investimentos na forma de distribuição das sobras determinam as principais características contra-opostas às instituições bancárias, que em suma, visam lucro de seus acionistas ao custo de taxas elevadas.

Estas características sociais e relação de retorno transformam as cooperativas de crédito em uma alternativa para pessoas (físicas ou jurídicas), a escaparem do mercado financeiro tradicional, aumentando o número de cooperados e capital aplicado nas mesmas.

Com o crescimento das cooperativas, há uma tendência que o governo crie ou designe uma instituição para sua regulamentação e normatização. Ao tratar-se de uma instituição financeira, o Sistema Financeiro Nacional delegou a cargo do Banco Central as atribuições de normatização e regulamentação.

Segundo o Banco Central do Brasil (BACEN, 2007) Lei 5.764/71, art. 4º :

As cooperativas de crédito são instituições financeiras, constituídas como sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar crédito e prestar serviços aos seus associados.

Na mesma resolução, estão dispostos os dois grupos principais de divisão da hierarquia de cooperativas de crédito: as singulares (cooperativas formadas pelos agentes primários, ou seja, pessoas físicas e ou jurídicas) e cooperativas centrais, estas objetivam organizar em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços.

As cooperativas centrais possuem um papel fundamental no meio cooperativista de crédito, nelas estão depositado a maior parte do capital das cooperativas singulares, assim como obrigatoriamente centralizados os processos de auditoria, auxílio administrativo e outros processos financeiros. Recentemente as contabilidades de suas singulares também estão sendo centralizadas, visando atingir uma maior integração do seu sistema.

Tendo em vista a contabilidade em uma instituição financeira, ao meio que opera, este trabalho tem como premissa a pesquisa em torno do cooperativismo de crédito catarinense, detalhando o funcionamento da centralização contábil das cooperativas singulares na respectiva cooperativa central.

1.1 TEMA E PROBLEMA

No mercado financeiro nacional é evidenciado nos últimos anos o crescimento do cooperativismo de crédito. Um dos motivos que provocam este crescimento está vinculado à atuação das outras entidades do sistema bancário brasileiro.

Ribeiro (2007) destaca:

[...] dados do Banco Central com base no balanço dos bancos mostram que de 1996 a 2006 a cobrança de tarifas bancárias passou de R\$ 12,1 bilhões para R\$ 47,5 bilhões, um crescimento de 293% no período. No mesmo período a inflação foi de 92,7% (IPCA) [...].

Possuindo elevadas taxas, os entes financeiros públicos e ou privados abrem portas para instituições que visam à auto-remuneração, com taxas menores ou até mesmo inexistentes.

Tendo a oportunidade de capital mais “barato”, alguns grupos profissionais juntam-se para auto financiar-se na forma de cooperativas de crédito mútuo.

No estado de Santa Catarina não poderia ser diferente, no decorrer dos anos houve um crescimento permanente no número de novas cooperativas e cooperados.

Com o crescimento, o BACEN (Banco Central do Brasil), regulamenta as operações financeiras, processos administrativos, auditorias e ou contábeis.

Com a intenção de facilitar a fiscalização destes mesmos processos, o BACEN (2007) exige a criação de centrais de crédito.

Observando-se que na Lei 5.764/71, art. 8º há a obrigação das cooperativas singulares centralizarem apenas os processos de operações financeiras, de auditoria e administrativos. Antecipando-se ao próximo passo, grande parte das cooperativas centrais centralizou a contabilidade de suas singulares.

Este processo tende a dificultar, pois a centralização costuma vir por Estado, diante da imensidão de nosso País e da inexperiência em processos macros por parte do cooperativismo, aliado à dificuldade de interligação e extrapolação de dados a centralização contábil mostra-se como um processo com obstáculos a serem superados.

Antecipando-se a este processo, em Santa Catarina um dos maiores sistemas de cooperativista de crédito o Sistema Unicred, já centralizou sua contabilidade, trazendo até singulares de associação diferenciada ao do sistema primário da sua composição.

A Cooperativa Unicred Central de Santa Catarina demonstra que até a presente data está disposta a superar os obstáculos impostos pelo universo do cooperativismo nacional, para a Unicred Central a centralização contábil demonstra-se uma ferramenta a ser considerada em seus aspectos gerenciais e operacionais.

Esta Central é que dará suporte para a confecção deste projeto, fornecendo dados sobre o processo de centralização contábil e suas características incomuns.

Na esfera contábil, este processo de centralização possui aspectos únicos, tendo em vista uma instituição com a contabilidade mista entre cooperativa e banco, suas características divergentes como no aspecto social tornam o processo uma experiência única, já no que tange às rotinas aplicadas ao mesmo, cabe salientar que não se trata apenas de “lançamentos de notas fiscais” o que muitos profissionais acreditariam ser, tendo o conhecimento das movimentações financeiras destas instituições, como empréstimos, financiamentos, depósitos à vista, aplicações, liquidações dentre outros na escala de até centenas de milhares de

reais. As rotinas a implementar devem ser aplicadas de modo a atingir a importância das movimentações financeiras destas instituições.

De acordo com o exposto, a pergunta da pesquisa é: quais os aspectos gerenciais e contábeis são relevantes no processo de centralização contábil das cooperativas de crédito centrais e afiliadas?

1.2 OBJETIVOS

Os objetivos destacados a seguir formam a base estrutural da pesquisa, dispostos na seqüência objetivo geral e específicos.

1.2.1 Objetivo Geral

Evidenciar os aspectos relevantes na centralização contábil das cooperativas de crédito centrais e afiliadas, demonstrando as rotinas contábeis e resultados de sua adoção.

1.2.2 Objetivos Específicos

- Evidenciar a origem das escolhas das rotinas contábeis aplicadas na cooperativa singular pela cooperativa central.
- Verificar as ferramentas utilizadas nos processos diários.
- Validar os procedimentos na centralização contábil.
- Demonstrar o funcionamento e particularidades das rotinas contábeis aplicadas à centralização contábil na cooperativa central de crédito.

1.3 JUSTIFICATIVA

Após a regulamentação do BACEN Resolução 3.106, de 2003 sobre a Lei 5.764/71, art. 8º dispõe das Singulares a centralizarem os processos administrativos, financeiros e de auditoria, surgiu entre os administradores do meio cooperativista de crédito a tendência de centralizar a contabilidade, estes administradores seguem a expectativa de que o Banco Central exigirá a centralização da contabilidade em uma central cooperativista.

Em Santa Catarina o sistema Unicred antecipou-se, e atualmente possui todas as singulares com a contabilidade centralizada no Estado. O princípio dessa antecipação além de seguir normas do BACEN está baseado na importância da união das Singulares em torno de uma cooperativa central, somando-se os esforços para uma melhor administração dos recursos financeiros dos associados, na ampla e eficaz prestação de serviços. Com este princípio a centralização contábil do sistema Unicred SC teve início em 01 de Junho de 2005, até então a centralização contábil demonstrou-se com resultados a serem considerados.

Vale ressaltar que não é obrigatória pelo BACEN a centralização contábil, porém como um processo que possa vir a ser, é pretendido, por meio deste, demonstrar o processo a que segue a Centralização da Contabilidade na Unicred Central de Santa Catarina, assim como as suas características nos serviços a que se dispõe aos gerenciadores.

Desta forma esta pesquisa possui ferramentas para demonstrar através das características assumidas pela Unicred Central SC referente aos procedimentos e processos que uma contabilidade centralizada possa assumir no entrelaçado do meio cooperativista de crédito do Sistema Financeiro Nacional quando a regulamentação oficial for redigida, apresentada e requisitada para o meio em destaque.

Demonstrado a viabilidade e quais processos devem ser tomados para atingir os objetivos, quando tornar-se obrigatória tal centralização, ou simplesmente como escolha dos gestores.

1.4 METODOLOGIA

Antes da metodologia propriamente dita é estabelecido o conceito sobre pesquisa científica, Minayo (1993 apud SILVA e MENEZES, 2001, p.19), considera a pesquisa como:

[...] atividade básica das ciências na sua indagação e descoberta da realidade. É uma atitude e uma prática teórica de constante busca que define um processo intrinsecamente inacabado e permanente. É uma atividade de aproximação sucessiva da realidade que nunca se esgota, fazendo uma combinação particular entre teoria e dados.

Demo (1996 apud SILVA e MENEZES, 2001, p.19) define pesquisa como “questionamento sistemático crítico e criativo, mais a intervenção competente na realidade, ou o diálogo crítico permanente com a realidade em sentido teórico e prático”.

Sustentado por estes conceitos, este trabalho de conclusão de curso baseia-se em teorias científicas para a confrontação de dados reais na busca de soluções para seu problema chave, enquadrando-se perfeitamente como pesquisa científica.

A Metodologia Científica vem por meio dos métodos utilizados pelo meio técnico, explorar as limitações e variáveis que afetam o objetivo deste trabalho.

Para Gil (1999, apud SILVA e MENEZES, 2001, p.19), uma pesquisa científica tem como característica principal ser:

[...] um processo formal e sistemático de desenvolvimento do método científico. O objetivo fundamental da pesquisa é descobrir respostas para problemas mediante o emprego de procedimentos científicos.

Pela utilização de dados físicos de um caso real é um estudo de caso, com objetividade descritiva, procedimentos bibliográficos e documentais.

Desta forma para que haja a solução de forma indutiva do problema a pesquisa é de abrangência de Pesquisa-Ação, segundo Gil (1991, apud SILVA e MENEZES, 2001, p.22) quando:

Concebida e realizada em estreita associação com uma ação ou com a resolução de um problema coletivo. Os pesquisadores e participantes representativos da situação ou do problema estão envolvidos de modo cooperativo ou participativo.

Na abordagem são dispostas as duas metodologias aplicadas na pesquisa tanto de cunho quantitativo como qualitativo.

Como vários documentos são exemplificados, e valores históricos demonstrados evidenciar-se-ão quantitativamente as variações no decorrer do processo elucidativo do material e estudo exposto, segundo Silva e Menezes (2001, p. 20) pesquisa quantitativa “considera que tudo pode ser quantificável, o que significa traduzir em números opiniões e informações para classificá-las e analisá-las”.

Os aspectos qualitativos podem ser evidenciados através das disponibilizações de dados e fatos também históricos e futuros no processo administrativo e gerencial, como a demonstração da qualidade e representatividade do processo como um todo, segundo Silva e Menezes(2001, p.20):

[...] a pesquisa qualitativa considera que há uma relação dinâmica entre o mundo real e o sujeito, isto é, um vínculo indissociável entre o mundo objetivo e a subjetividade do sujeito que não pode ser traduzido em números.

De forma sucinta, as fundamentações que compõem o processo de teorização deste trabalho, quanto ao objetivo é de forma descritiva, quanto aos procedimentos são bibliográficos, documentais, pesquisa-ação e estudo de caso e quanto à abordagem é qualitativa e quantitativa.

1.5 LIMITAÇÃO DA PESQUISA

Todos os dados obtidos foram provenientes de uma cooperativa de crédito de um dos maiores sistemas do ramo no Brasil, o sistema Unicred.

A Unicred Santa Catarina possui processos e procedimentos comuns a todas as outras cooperativas, sendo assim, os dados obtidos podem ser utilizados de forma comparativa, e ou como roteiro do processo de centralização contábil a quaisquer cooperativas de crédito no âmbito nacional.

1.6 ORGANIZAÇÃO DO TRABALHO

A pesquisa é dividida em quatro capítulos, o introdutório que visa a pré-formulação e esclarecimento do problema da pesquisa, os objetivos, a metodologia e sua justificativa, o segundo tópico visa a fundamentação teórica a qual a pesquisa esta fundamentada, o terceiro demonstra as características assumidas pelo processo de centralização contábil na cooperativa central e o quarto capítulo como conclusão e sugestões a projetos futuros.

2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Neste capítulo serão evidenciadas as bases teóricas a que esta pesquisa esta alicerçada, iniciando com um breve histórico cooperativista, passando por conceitos de cooperativismo, cenário normativo, diferenciações entre cooperativas de crédito e bancos e características da contabilidade das cooperativas de crédito.

2.1 BREVE HISTÓRICO DO COOPERATIVISMO DE CRÉDITO

O primeiro relato do cooperativismo aceito no mundo, esta fundamentado no registro da fundação da Sociedade dos Probos Pioneiros de Rochdale em 1844, segundo Polônio (1998, p.20) este é “[...] o ano considerado mundialmente como marco do cooperativismo [...]”.

Na sociedade cooperativista de Rochdale 28 tecelões juntaram-se para constituir uma cooperativa de consumo, com o objetivo de enfrentar a crise industrial da época. (MEINEN et al., 2002b)

Em decorrência surgiria a primeira Cooperativa de Crédito segundo (Pinheiro, 2006, p.25):

Três anos depois, em 1847, Friedrich Wilhelm Raiffeisen, natural da Renânia, criou no povoado de Weyerbusch/Westerwald a primeira associação de apoio para a população rural que, embora não fosse ainda uma cooperativa, serviria de modelo para a futura atividade.

Pinheiro (2006, p.26) acrescenta “[...] Herman Schulze, foi o pioneiro no que tange às cooperativas de crédito urbanas, em 1856 organizou sua primeira associação de dinheiro antecipado, uma cooperativa de crédito [...]”.

Nas Américas, o idealizador do cooperativismo de crédito foi o jornalista Alphonse Desjardins, em conjunto constituiu uma cooperativa com características distintas, embora embasadas nos modelos Europeus. (PINHEIRO, 2006) A primeira

cooperativa criada por Desjardins situava-se na província Canadense de Quebec, em 1900. (PINHEIRO, 2006)

No Brasil o cooperativismo de crédito deu-se início em 1902 com a iniciativa do Padre (jesuíta) Theodor Amistad, no Rio Grande do Sul. (MEINEN et al., 2002b) O Estado do Rio Grande do Sul é o berço da maior parte das cooperativas de crédito brasileiras inclusive o sistema Unicred Brasil idealizado pelo médico Antônio Moacir de Azevedo em 1989.

Segundo Meinen et al.(2002b, p. 15) o sistema Unicred “serviria para o acelerado e salutar alastramento de entidades coirmãs por todo o país”. Outras da mesma importância surgiram no cenário nacional como SICRED, BANCOOB, etc.

Dado um breve histórico cooperativista no mundo e no Brasil, cabe estabelecer alguns conceitos e características do cooperativismo e da contabilidade, vistos nos tópicos a seguir.

2.2 CONCEITUAÇÕES E CARACTERÍSTICAS

Neste item são evidenciados as principais características e conceitos envolvidos com o cooperativismo de crédito.

2.2.1 Cooperativas

As cooperativas possuem certa dificuldade de serem definidas por possuírem características distintas dos outros tipos de sociedades e até mesmo entre si, segundo a definição ocorrida no Congresso Cooperativista de Praga (1948 apud POLÔNIO 1998, p.17):

Será considerada como cooperativa, seja qual for a constituição legal, toda a associação de pessoas que tenha por fim a melhoria econômica e social de seus membros pela exploração de uma empresa baseada na ajuda mínima e que observa os princípios de Rochdale”.

A definição do Congresso demonstra a preocupação com a sociedade, desde

que esta não fuja aos princípios fundamentais do cooperativismo, definindo assim a característica fundamental da entidade. Observa-se que para (Becho, 2002) esta preocupação com os princípios não está em destaque e sim a formação da sociedade.

Becho (2002, p. 22) as cooperativas são:

[...] associações de pessoas que se unem para atingir determinado fim específico, organizando um empreendimento com características diversas das demais pessoas jurídicas, tanto civis quanto comerciais.

O CFC (Conselho Federal de Contabilidade), também define as características das cooperativas, este dispõe na NBCT (Normas Técnicas Brasileiras de Contabilidade) 10.8.1.2:

Entidades Cooperativas são aquelas que exercem as atividades na forma de lei específica, por meio de atos cooperativos, que se traduzem na prestação de serviços diretos aos seus associados, sem objetivo de lucro, para obterem em comum melhores resultados para cada um deles em particular. Identificam-se de acordo com o objeto ou pela natureza das atividades desenvolvidas por elas, ou por seus associados.

Por fim, de forma objetiva, cooperativas são instituições civis, com interesse na sustentação dos princípios da entidade ao auxílio mútuo da sociedade e fundadores.

2.2.2 Cooperativas de Crédito

No Brasil existem vários tipos de cooperativas, no caso da pesquisa apenas são destacadas as cooperativas de crédito, segundo a Organização das Cooperativas Brasileiras OCB (2007) as “cooperativas de crédito são destinadas a promover a poupança e financiar necessidades ou empreendimentos dos seus cooperantes”.

Cabe decorrer sobre as cooperativas singulares e as centrais, para Pinheiro (2006, p.07) as sociedades cooperativas são classificadas como: “cooperativas singulares, ou de 1º grau, quando destinadas a prestar serviços diretamente aos

associados”.

Cooperativas singulares são os pilares do setor, possuindo o caráter operacional para o atendimento de seu quadro social, estabelecem o vínculo dos serviços fundamentais aos cooperados. (MEINEN et al., 2002b)

Esclarecendo o funcionamento das singulares estas seriam equiparadas as agências bancárias, onde seriam gerenciados a princípio o capital e interesses de seus associados.

As cooperativas centrais são as confederações das cooperativas singulares, da divisão do BACEN estão distintas como cooperativas de 2º grau, para Pinheiro (2006, p. 07) as cooperativas centrais são:

[...] aquelas constituídas por cooperativas singulares e que objetivam organizar, em comum e em maior escala, os serviços econômicos e assistenciais de interesse das filiadas, integrando e orientando suas atividades, bem como facilitando a utilização recíproca dos serviços [...].

Sobre os aspectos do objetivo das centrais a resolução CMN 3.106, de 2003 destina as centrais organizar em maior escala as estruturas de administração e suporte de interesse comum das cooperativas singulares filiadas, exercendo sobre elas, entre outras funções, supervisão de funcionamento, capacitação de administradores, gerentes, associados e auditoria.

As centrais em conceito simplificado funcionariam como administradoras dos recursos das singulares, retaguarda normativa e jurídica, sede econômica e órgão fiscalizador das políticas adotadas.

2.2.3 Princípios do Cooperativismo

Os princípios do cooperativismo segundo Polônio (1998, p.18) foram formalizados no Congresso Cooperativista de Praga de 1948, denominados princípios de Rochdale, estes serviam para nortear a instituição considerada como cooperativista.

Estes princípios dividem-se em:

- Adesão livre
- Administração democrática
- Retorno na proporção das compras
- Juro limitado ao capital
- Neutralidade política e religiosa
- Pagamento em dinheiro à vista
- Fomento de educação cooperativista .

Atualmente estes princípios sofreram modificações de forma a enquadrá-los de forma tempestiva aos dias atuais. Em 1995 foram aprovados em congresso os novos princípios cooperativistas pela ACL (Aliança Cooperativista Internacional).

Segundo a UNICRED (2003) os princípios aprovados foram:

- Adesão voluntária e livre
- Gestão democrática
- Participação econômica dos membros
- Autonomia e independência
- Educação, formação e informação
- Intercooperação.

É visível que apesar de algumas mudanças nos princípios estes mantiveram sua essência, o beneficiado maior como o cooperativista.

2.3 CENÁRIO NORMATIVO COOPERATIVO DE CRÉDITO

Principais leis e normas que regem o cooperativismo de crédito brasileiro:

- Lei nº. 5 764, 16 de dezembro de 1971, Define a constituição e funcionamento das cooperativas, os objetivos de natureza jurídica, constituição e gênero de serviços (MEINEN et al., 2002a).
- Lei nº. 4 595/64 - Lei do Sistema Financeiro Nacional autoriza o funcionamento das cooperativas de crédito como instituição financeira (BACEN, 2007).

- Resolução nº. 3.041, 28 de novembro de 2002, do Banco Central do Brasil, que estabelece condições para o exercício de cargos estatutários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo mesmo (BACEN, 2007).
- Resolução 3.106, 25 de junho de 2003, do Banco Central do Brasil, permitindo às cooperativas de crédito ampliar o campo de associados, não mais sendo obrigadas a restringir a associação a categorias profissionais (BACEN, 2007).

As cooperativas de crédito são no aspecto societário reguladas essencialmente pela Lei nº 5.764/71 juntamente com a Constituição vigente, segundo o funcionamento as normas provem do CMN e BACEN, dado sua função no sistema financeiro são os órgãos reguladores por excelência.

2.4 CARACTERÍSTICAS DAS COOPERATIVAS DE CRÉDITO

Serão demonstradas as principais características inseridas ao contexto cooperativas de crédito/contabilidade. Iniciando-se por um breve conceito de contabilidade para a introdução.

2.4.1 Contabilidade

Nos conceitos de contabilidade é encontrada uma gama imensa de interpretações, que em sua maioria não fogem da essência, mensuração do patrimônio.

Ribeiro (2005, p.02) define a contabilidade como:

[...] uma ciência social que tem como objetivo o patrimônio das entidades econômicas-administrativas. Seu objetivo principal é controlar o patrimônio das entidades em decorrência de suas variações.

Segundo Franco (1979, p.13) a contabilidade:

É a ciência que estuda e controla o patrimônio das entidades, mediante o registro, a demonstração expositiva e a interação dos fatos nele ocorridos, com o fim de oferecer informações sobre a composição e suas variações, bem como sobre o resultado econômico decorrente da gestão da riqueza patrimonial.

Após o conceito de Franco (1979, p.13) é de se destacar que a contabilidade tem como objetivo principal a demonstração das variações patrimoniais, mas, também não menos importante, funciona como ferramenta administrativa para a tomada de decisões, fonte de informações para demonstrar a “saúde” das instituições entre outras funções.

2.4.2 Cooperativas de Crédito X Bancos

Neste subitem será exposta e elucidada uma das maiores dúvidas de leigos sobre cooperativas de crédito. São estas bancos com um nome diferente?

A lei a Lei 5.764 Meinen (2003b), de 16 de dezembro de 1971 obriga as cooperativas de crédito a adotar obrigatoriamente, em sua denominação social, a expressão Cooperativa, vedada a utilização da palavra Banco.

Desta maneira a lei deixa elucidada a questão, apesar do funcionamento assemelhado, as cooperativas de crédito são apenas equiparadas aos bancos, mas não se enquadram nesta denominação.

As características distinguem-se de forma clara ao conhecedor de uma cooperativa de crédito, estas “têm em comum com as outras instituições financeiras além de funcionarem autorizadas e fiscalizadas pelo Banco Central apenas alguns nomes de produtos”. (MEINEN et al., 2002b, p.17)

No montante de características serão demonstradas as que distinguem um Banco de uma Cooperativa no quadro 1.

BANCO	COOPERATIVAS
São sociedades de capital	São sociedades de pessoas
o poder é exercido na proporção do número de ações	o voto tem peso igual para todos (uma pessoa um voto)

BANCO	COOPERATIVAS
as deliberações são concentradas	as decisões são partilhadas entre muitos
o administrador é um 3º(homem do mercado)	o administrador é do meio(cooperativado)
o usuário das operações é mero cliente o usuário não exerce qualquer influência	o usuário é o próprio dono(cooperativado) toda a política operacional é decidida
na definição do preço dos produtos	pelos próprios usuários/donos (cooperativados)
podem tratar distintamente cada usuário	não podem distinguir:o que vale para um, vale para todos(art.37 da Lei nº5.764/71)
preferem o grande poupador e as maiores corporações	não discriminam,voltando-se mais para os menos abastados
priorizam os grandes centros	não restringem,tendo forte atuação nas comunidades mais remotas
têm propósitos mercantilistas	a mercancia não é cogitada (art.79, parágrafo único, da Lei nº5.764/71)
a remuneração das operações e dos serviços não tem parâmetro/limite	o preço das operações e dos serviços visa à cobertura de custos (taxa de administração)
atendem em massa,priorizando, ademais,o auto-serviço/a automação	o relacionamento é personalizado/individual, com o apoio da informática
não tem vínculo com a comunidade e o público-alvo	estão comprometidas com as comunidades e os usuários
avançam pela competição	desenvolvem-se pela cooperação
visam ao lucro por excelência	o lucro está fora do seu objetivo (art.3º da Lei nº 5.764/71)
o resultado é de poucos donos (nada é dividido com os clientes)	o excedente (sobras) é distribuído entre todos (usuários),na proporção das operações individuais,reduzindo ainda mais o preço final pago pelos cooperativados
no plano societário,são regulados pela Lei das Sociedades Anônimas	são reguladas pela Lei Cooperativista

Quadro 1 Banco X Cooperativas
Fonte: Meinen et al. (2002b)

O quadro 1 evidencia as principais características diferenciadoras, que de forma reduzida são as distribuições de recursos nas cooperativas (aos sócios cooperados que utilizam os serviços) e aglomeração dos mesmos nos bancos (aos acionistas).

2.4.3 Estrutura Contábil

Como instituições do Sistema Financeiro Nacional as cooperativas de crédito devem seguir sua normatização, uma delas vinculada a contabilidade é a

padronização do plano de contas contábeis, denominado PADRON, nos demais termos deve-se seguir as Normas Brasileiras de Contabilidade estipuladas pelo CFC.

Neste tópico é demonstrado de forma objetiva as principais divisões de um balanço patrimonial de uma cooperativa de crédito, fundamentado no plano de contas e movimentações utilizadas nas instituições financeiras com regulamentação obrigatória do COSIF, evidenciado na ilustração 1.

ATIVO	PASSIVO
DISPONIBILIDADES	CAPTAÇÃO
Caixa	Depósitos a Vista (Conta Corrente)
Bancos	Depósitos a Prazo (Aplicação)
APLICAÇÕES	OBRIGAÇÕES SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS
Interfinanceiras	FATES
Intercooperativas	OUTRAS OBRIGAÇÕES
REPASSES	Impostos/Contribuições
Cheque Especial	Outras Obrigações
Empréstimos	Fornecedores
Financiamentos	PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PERMANENTE	Capital Social
Bens e Direitos	Sobras/Perdas

Ilustração 1 Plano de Contas Cooperativas de Crédito

No Ativo os bens e direitos da cooperativa estão divididos da seguinte forma (COSIF, 2007):

a) Disponibilidades - representa o que as cooperativas têm em numerário para acesso imediato.

- Caixa – movimentação dos caixas da cooperativa na forma de recebimentos, pagamentos, depósitos dentre outros.

- Bancos – contas correntes utilizadas para a centralização das movimentações dos cooperados e da própria cooperativa.

b) Aplicações - Investimentos da Cooperativa.

- Interfinanceiras – aplicações da cooperativa fora do sistema primário.
- Intercooperativas – aplicações na cooperativa central.

c) Repasses – Crédito que a cooperativa possui com os cooperados na forma de:

- Cheque Especial/Adiantamento a Depositante – utilização pelos cooperados de seu limite de crédito.
- Empréstimos – empréstimos concedidos aos cooperados
- Financiamentos – crédito aos cooperados para financiamento de objetivos específicos.

d) Permanente – Bens e Direitos da cooperativa.

- Bens – bens móveis e ou imóveis utilizados para a finalidade dos serviços da cooperativa.
- Direitos – registro de direitos como licenças para programas de informática da entidade.

No Passivo as obrigações estão dispostas da seguinte maneira (COSIF, 2007):

a) Captação – Débito que a cooperativa possui com os cooperados.

- Depósitos à Vista – composto pelo saldo das contas correntes dos cooperados.
- Depósitos à Prazo – são as aplicações dos cooperados na cooperativa.

b) Obrigações Sociais Estatutárias – Destinações do estatuto da cooperativa.

- FATES – Fundo de Assistência Técnica, Educacional e Social. Seu funcionamento assemelha-se a uma provisão para a utilização assistencial aos cooperados, como cursos, palestras, etc.

c) Outras Obrigações – Débito fora do âmbito cooperativo.

- Impostos/Contribuições – registram-se os débitos aos entes públicos devidos pela cooperativa.
- Outras Obrigações – obrigações com terceiros de outras categorias.
- Fornecedores – saldo devedor a fornecedores de serviços e bens.

No Patrimônio Líquido das cooperativas destacam-se:

a) Capital Social Realizado – composto pelas contas integralizadas dos cooperados.

b) Sobras/Perdas – Registro da apuração do resultado da instituição na forma de sobra (equipara-se ao lucro acumulado) ou perdas (prejuízo acumulado).

A demonstração do resultado do exercício não será evidenciada já que segue o padrão brasileiro.

Depois de demonstrado as principais divisões do balanço cooperativista de crédito, são demonstrados os movimentos contábeis comuns a este.

2.4.4 Movimentos Comuns e Reflexos Contábeis

São evidenciados os fluxos monetários e seus reflexos na contabilidade, de forma simplificada, baseado no principal tipo de ato no cooperativismo de crédito, o ato cooperado, de forma que as normas da utilização das contas, como entradas e saídas, são retiradas do COSIF, excluindo quaisquer movimentos impróprios.

Cabe antes da movimentação, esclarecer o que é ato cooperado, segundo Meinen et al. (2003a, p.19) “é todo aquele que envolve iniciativa cooperativa, na estrita dimensão de seu objetivo social, visando unicamente aos interesses dos cooperativados”, ou seja, Cooperativa x Cooperados x Cooperativa.

Ato não Cooperativo é efetuado entre a cooperativa e terceiros fora dos interesses dos cooperados, Cooperativa x Terceiros x Cooperativa, este é o único tipo de ato tributado referente às movimentações da cooperativa, tendo como alíquotas 15% de Imposto de Rendas, 9% de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido, 4% de Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social e 0,65% para o Programa de Integração Social.

Destacando que todo ato com terceiros que refutem as necessidades dos cooperados é reconhecido como ato cooperado.

2.4.4.1 Atos Cooperados e seus Reflexos

De forma clara são demonstrados os movimentos dos recursos provenientes dos atos cooperados, começando pelas quotas integralizadas, estas contabilmente evidenciadas no PL são destinadas a aplicações, repasses e imobilizações conforme evidenciado na ilustração 2.

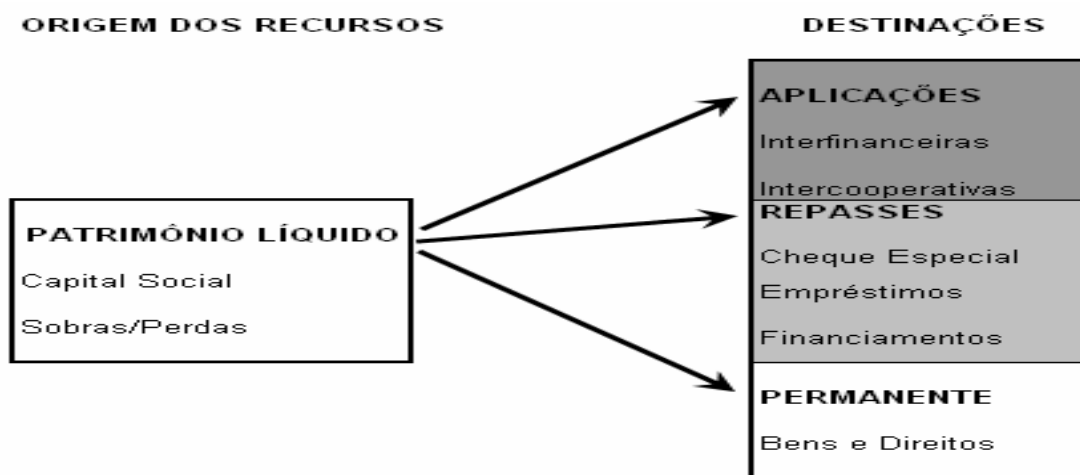


Ilustração 2 Destinação PL
 Fonte: Adaptado de Meinen (2003b)

Após uma cooperativa estar fundamentada, a movimentação de origem de recursos que possui uma maior influência é oriunda da captação, demonstrado seu fluxo na ilustração nº3.

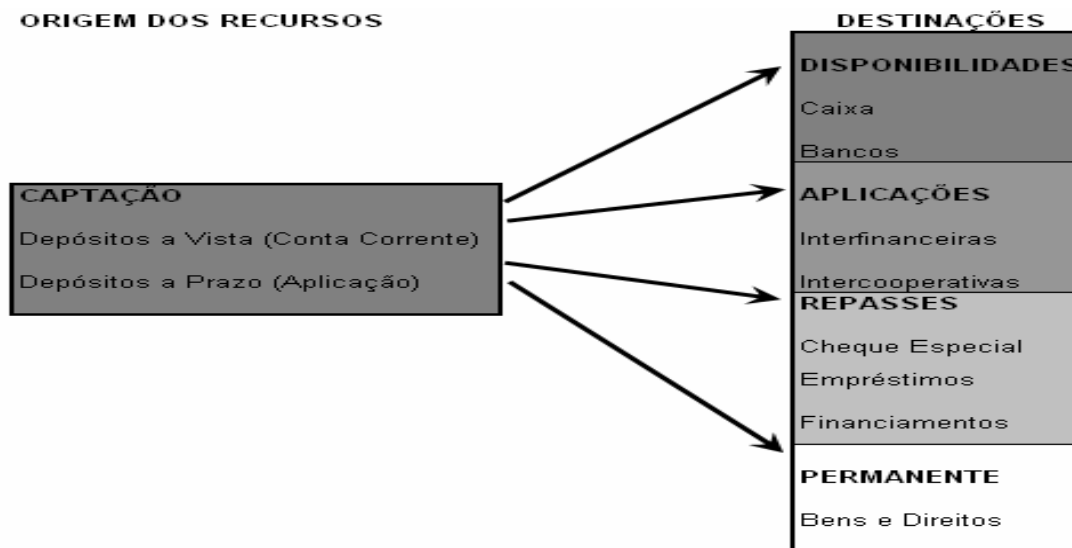


Ilustração 3 Destinação Captação
Fonte: Adaptado de Meinen (2003b)

Partes dos depósitos ficam ociosos nos caixas e c/c das cooperativas, isto com a intenção de cobrir possíveis resgates e transferências dos cooperados, outra parte é destinada às aplicações, podendo também ser alocados ao crédito dos cooperados (empréstimos – financiamentos – cheque especial - adiantamento a depositante) ou imobilizações.

2.4.4.2 Fluxo de Recurso e Reflexos Contábeis

De forma condensada os movimentos contábeis referentes às movimentações da cooperativa de crédito são evidenciados na Ilustração 4, o funcionamento do balanço referente a uma singular e uma central é idêntico, tendo em vista que no caso da central as singulares são suas cooperadas.

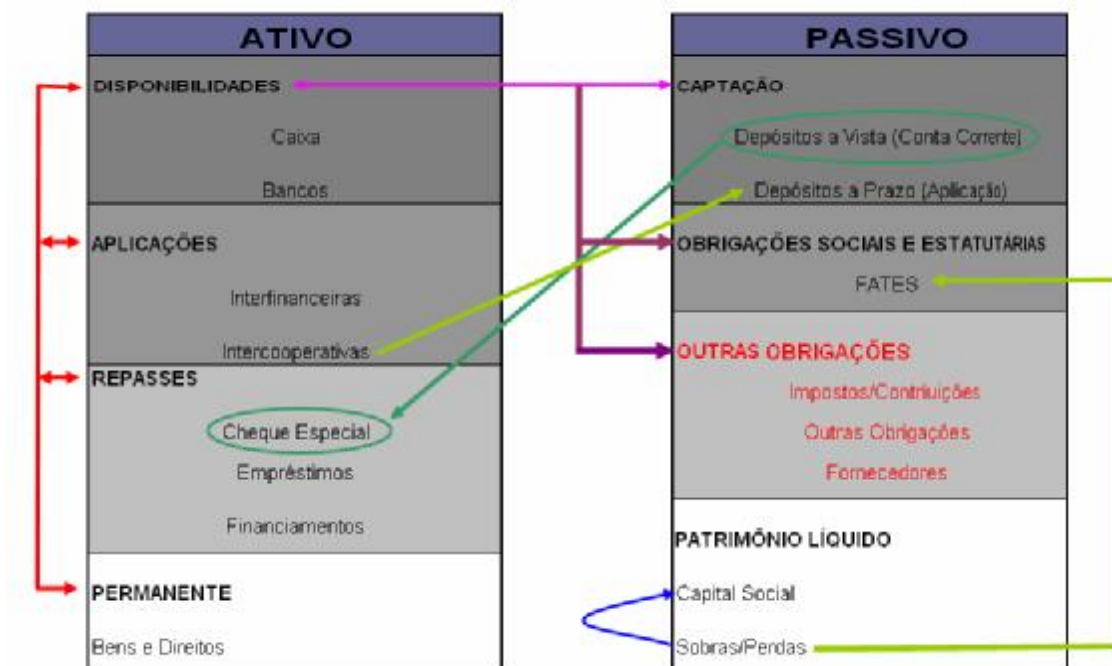


Ilustração 4 Principais Transições na Movimentação Contábil

A ilustração 4 demonstra as duas fontes de recursos monetários da cooperativa (setas em rosa), a captação na forma dos depósitos e o PL na forma do capital integralizado (parte do capital provém da distribuição das sobras em forma de novas quotas), estes recursos são realocados (setas em vermelho) após passar pelas disponibilidades para as principais destinações: aplicações, repasses e pagamentos de obrigações com terceiros e estatutárias.

O cooperado em cheque especial ou adiantamento a depositante automaticamente fica em débito com a cooperativa (círculos em amarelo) sendo registrado nos repasses.

Os juros das aplicações e repasses são as principais origens das receitas da cooperativa, e a atualização monetária das aplicações a principal despesa, o reflexo destas em parte é evidenciada nas sobras ou perdas acumuladas no PL (círculos em verde).

Parte do resultado é destinada ao FATES para cobrir despesas com auxílio técnico, social e educacional (setas em laranja).

O movimento em relação às disponibilidades e a captação possuem mão dupla, pois toda movimentação em c/c do cooperado passa pela c/c da cooperativa, desta forma aplicações e movimentações em c/c normalmente terão registro em

disponibilidades assim como a captação, repasses e outros produtos e serviços da instituição.

3. DESENVOLVIMENTO

Neste capítulo esta evidenciada toda a pesquisa do estudo de caso, com destaque as rotinas contábeis e processos envolvidos na mesma, trazendo ao final deste a análise dos resultados obtidos na centralização contábil.

3.1 APRESENTAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O sistema Unicred Brasil é um dos maiores no cooperativismo financeiro, em 2005 estava presente em 24 estados da Federação, com mais de 130 mil associados, 09 cooperativas centrais, 133 singulares e 370 postos de atendimento. Fazendo parte deste sistema, a Unicred Central Santa Catarina resolveu antecipar-se à tendência da centralização contábil, atualmente possui todas as 10 cooperativas do sistema centralizadas no estado.

A Cooperativa Central de Economia e Crédito Mútuo das Unicred's de Santa Catarina Ltda. (Unicred Central SC) foi constituída em 28 de dezembro de 1994, como uma cooperativa central de economia e crédito mútuo, sendo de responsabilidade limitada atuante no estado de Santa Catarina. Atualmente possui 10 singulares com 34 PACS (postos de atendimento ao cooperado), distribuídos pelos diversos municípios do Estado, dentre estas cooperativas, 8 são de primeiro grau e 2 de terceiro grau.

Dados da instituição:

CNPJ: 00.543.968/0001-64

Rua: Tenente Silveira, 315 – 3º andar

Bairro: Centro

Cidade: Florianópolis

Cep: 88010-301

Fone: (48) 3221-5612

Fax: (48) 3221-5608

No anexo 1 aprovação da entidade para utilizar o nome e dados da mesma, observando que não é permitida a utilização de nomes e dados das singulares.

3.2 FUNCIONAMENTO DO SISTEMA DE INTEGRAÇÃO CONTÁBIL

As Unicred's de Santa Catarina utilizam um sistema de informática integrado, SAU (Sistema de Automação Unicred), este sistema tanto operacionalmente quanto gerencialmente disponibiliza à contabilidade mais de noventa e nove por cento das informações. No mesmo há confrontação de dados gerados pelo programa com os informados manualmente, fornecendo a maior parte dos relatórios necessários à contabilidade, como balancetes, balanços, demonstração das variações de receita e despesas.

Este sistema é dividido em módulos, separadas de forma concisa as informações e movimentações de cada subdivisão.

Divisões principais:

- Cadastro: Módulo operacional, permite cadastrar e acessar os dados dos cooperados.
- Conta Corrente/Caixa: Movimentações dos cooperados e da cooperativa através da conta corrente ou do caixa, inclusive utilização de cheque especial e adiantamento a depositante.
- Conta Investimento: Movimentos entre contas correntes do mesmo titular.
- Empréstimos/Financiamentos: Módulo que evidencia os saldos corrigidos e movimentos dos empréstimos e financiamentos dos cooperados.
- Aplicação: Módulo destinado à manutenção dos depósitos a prazo ao cooperado, corrigindo e movimentando os saldos.
- Custódia: Módulo de controle dos cheques custodiados (cheques a depositar em data futura na conta do cooperado)
- Comunicação: Tanto operacional quanto de controle, módulo utilizado para os principais convênios, como liquidações automáticas dos cooperados e pagamento de contas (luz, água, telefone, etc.).
- Capital: Movimenta e consolida o capital integralizado e a integralizar.

- Contábil: Módulo gerencial, disponibiliza informações contábeis e permite lançamentos manuais.
- Patrimônio: neste módulo são feitos os registros de imobilizações e controles do patrimônio como depreciação e amortização.

Há ainda outros módulos, mas não possuem reflexos consideráveis quanto a contabilidade das instituições, possuindo caráter excepcionalmente operacional.

Os módulos deste sistema possuem uma sondagem própria, ou seja, não são exclusivamente contabilizados por seus dados de origem, além disto há uma interpolação de módulos, como por exemplo: movimentações no módulo de empréstimos ou de aplicação refletiram no de conta-corrente, desta maneira se um módulo extrapolar algum parâmetro pré-definido terá seu reflexo em outros módulos, facilitando assim a identificação de distorções e erros contábeis.

3.3 ROTINAS CONTÁBEIS

Na determinação das rotinas contábeis pela Unicred Central SC, foi utilizado a caráter primordial de atender ao cooperado. Frente a esta preocupação, nos processos diários são conferidos os movimentos dos atos cooperados em reflexo de sua importância e representatividade frente ao balanço da cooperativa.

Ficam definidos como processos contábeis as rotinas físicas, rotinas de conciliação e as rotinas gerenciais contábeis.

Outro aspecto é a periodicidade das rotinas aplicadas, estas estão fundamentadas na importância e nível de movimentação das contas contábeis a que estas representam, divididas em dois tipos, as rotinas diárias e as de fechamento.

3.3.1 Rotinas Físicas

Estas rotinas possuem caráter excepcionalmente de execução, tendo como necessidade apenas o conhecimento básico contábil. Destacam-se como rotinas

físicas a codificação de lançamentos contábeis, geração de relatórios e envio dos mesmos.

3.3.2 Rotinas de Conciliação

Para a execução destas rotinas é necessário conhecimento do sistema e das movimentações da cooperativa, assim como normas a que seguem. Pode-se citar como tais rotinas a composição de saldos das contas contábeis, confecção da conciliação assim como identificar valores indevidos ou irregulares e providenciar as devidas regularizações.

3.3.3 Rotinas Gerenciais Contábeis

Nestas rotinas o executor deve possuir profundo conhecimento no que tange o assunto. Nos processos pode-se destacar a confecção de relatórios, tomada de decisões gerenciais de cunho contábil, assim como enquadramento nas normas e assessoria em legislação e tomada de decisões.

3.3.4 Rotinas Diárias/Rotinas de Fechamento

As rotinas diárias representam a maior preocupação da central frente as suas singulares, pois serão definidos como processos diários apenas aqueles que em maior escala, representem os interesses das mesmas frente a seu objetivo principal, atender aos interesses do cooperado.

Na Unicred Central entende-se como rotina diária todo o processo diário necessário para atender aos interesses contábeis e gerenciais, diante do comprometimento aos interesses dos cooperados.

Cabe a central visualizar e submeter à importância das contas contábeis frente as suas rotinas estipuladas.

As rotinas de fechamento são as destinadas a consolidação dos dados e conferência dos mesmos para atender aos órgãos reguladores, que no caso do estudo o BACEN e a Receita Federal, disponibilizam as informações corretas através dos relatórios mensais e declarações enviados aos respectivos órgãos competentes, respeitando-se os prazos legais.

3.3.5 Rotinas Pré-Estipuladas

O sistema operacional funciona de maneira a não permitir lançamentos retroativos nas contas correntes dos cooperados, pois estes acarretariam em vários problemas em relação a juros, pagamento de contas, não aceitação de outros órgãos (instituições financeiras a que as singulares e a central mantêm vínculo), de maneira que é estipulado o prazo máximo de dois dias em aberto no módulo de conta-corrente. Na contabilidade por se tratar de uma instituição equiparada a financeira, estas devem enviar relatórios ao BACEN. Alguns destes relatórios são de estrito caráter contábil, como o balanço consolidado, de forma que ao fechar o mês contábil e enviado os relatórios não há como modificar os saldos e lançamentos contábeis no sistema integrado.

Com estas características devem-se estipular as rotinas fixas das singulares e da central, de forma a não acarretar problemas de ordem contábil e ou operacional.

Para as singulares ficam dispostas as rotinas pré-estipuladas da seguinte maneira:

- Liberação de dias a conferir com no máximo dois dias úteis de diferença (lançamentos retroativos de dois dias).
- Ao liberar, os saldos das disponibilidades (bancos e caixa) devem estar conciliados.
- Envio de notas fiscais e documentos comprobatórios se necessários.

Dada à distância, a central fica sem os documentos necessários para conciliar os movimentos de disponibilidades e fornecedores, havendo a necessidade de

auxílio da singular neste processo, não podendo tomar mais que 01h30min de trabalho do funcionário destacado ao auxílio.

Para a central fica pré-estipulada as seguintes rotinas:

- Fechamento dos saldos contábeis com relatórios para comprovação.
- Conciliação mensal do balanço contábil.
- Lançamentos diários referentes a processos da centralização financeira.
- Lançamentos de provisão de despesas, folha de pagamento, despesas antecipadas, etc.
- Registro de patrimônios.
- Envio de relatórios aos gerentes.
- Envio dos relatórios ao BACEN.

Há ainda a confecção e envio de declarações de cunho fiscal, assim como auxílio a auditoria interna.

3.3.6 Apresentação das Contas Contábeis da Rotina Diária

As contas evidenciadas no quadro 2, foram estipuladas como rotina diária frente a sua movimentação, tendo em vista a não possibilidade de modificações em meses posteriores.

Cabe salientar que cada conta contábil deve evidenciar o valor real das consolidações dos módulos a que representam no sistema, estes estão demonstrados no quadro 2 evidenciando a conta contábil e o grupo a que corresponde, a origem e o documento de comprovação do saldo contábil.

CONTA CONTÁBIL	DIVISÃO NO BALANÇO	ORIGEM DO DOCUMENTO	DOCUMENTO
Caixa	Ativo/Disponibilidades	Módulo de C/C	Resumo de Saldos em C/C
Conta Corrente	Ativo/Disponibilidades	Relatório de Terceiros	Extratos Bancários
Aplicações	Ativo/Aplicações	Módulo de Captação UCSC	Posição da Carteira
Empréstimos	Ativo/Repasses	Módulo de Empréstimos	Relação de Provisão de Empréstimos
Financiamentos	Ativo/Repasses	Módulo de Empréstimos	Relação de Provisão de Empréstimos
Cheque Especial	Ativo/Repasses	Módulo de C/C	Resumo de Saldos em C/C

CONTA CONTÁBIL	DIVISÃO NO BALANÇO	ORIGEM DO DOCUMENTO	DOCUMENTO
Adiantamento a Depositante	Ativo/Repasse	Módulo de C/C	Resumo de Saldos em C/C
Cheques em Custódia	Ativo/Compensado	Módulo de Custódia	Saldos da Custódia
Convênios	Ativo/Credores Diversos ou Passivo/Devedores Diversos	Relatório de Terceiros/ Módulo de Comunicação	Relatórios Auxiliares
Conta Transitória	Ativo/Credores Diversos ou Passivo/Devedores Diversos	Módulo Contábil	Razão
Depósitos a Vista	Passivo/Captação	Módulo de C/C	Resumo de Saldos em C/C
Depósitos a Prazo	Passivo/Captação	Módulo de Captação	Relação de Provisão Captação
IR Provisionado	Passivo/Captação	Módulo de Captação	Relação de Provisão Captação
Conta Investimento	Passivo/Conta Investimento	Módulo de C/C	Resumo de Saldos em C/C

Quadro 2 Rotinas Diárias Referentes ao Balanço

As contas conferidas em sua grande maioria possuem lançamentos vindos do módulo de conta-corrente, assim como correções de saldos por questão de juros e ou correção monetária.

Após estipulada como rotina esta será aplicada mesmo que algumas singulares possuam movimentação diminuta, isto para não causar diferenciação no tratamento da central com as singulares.

3.3.7 Rotinas de Fechamento

Para a rotina de fechamento ficou estipulada a conciliação e comprovação de saldos de todas as contas do balanço, por consequência do fechamento mensal da contabilidade sem alteração posterior, é necessária atenção redobrada neste processo.

Para melhor evidenciar possíveis desvios, erros ou omissões ficam pré-estipulados que os processos serão segregados, havendo uma rotatividade de no mínimo um profissional da contabilidade na central.

As conferências de contas no fechamento ficam sensivelmente em vantagem, em vista que as contas com maior movimentação estão conferidas e conciliadas

conforme a rotina diária, com isto as principais possíveis causas de discrepâncias ficam suavizadas ou até mesmo anuladas.

3.3.8 Procedimentos Adotados nas Rotinas

Nas rotinas diárias os procedimentos adotados formam em seqüência os processos necessários para a continuidade e segurança da contabilidade, adotando a seguinte rotina:

- Codificação dos lançamentos diários e importação dos mesmos ao sistema SAU (extratos bancários, extrato da c/c na central).
- Conciliação e comprovação dos saldos das contas da rotina diária.
- Outros processos (Recursos humanos, imobilizações, rateios de despesas, lançamentos de fornecedores).
- Informações de caráter extraordinário e de necessidades diárias (alterações de normas e ou cobrança de documentos).
- Controle das próprias rotinas supracitadas, de forma a garantir sua execução.

No processo de fechamento mensal, as tarefas são mais complexas, necessitando de atenção minuciosa, estas estão demonstradas na seqüência a seguir:

- Codificação de lançamentos de fechamento (despesas antecipadas, rateio das rendas de aplicações, provisionamentos, lançamentos de cotas capital, lançamentos patrimoniais, regularizações de pendências identificadas, dentre outros lançamentos de fechamento mensal da contabilidade).
- Conciliação e comprovação de saldos de todas as contas do balanço.
- Confecção de relatórios (balanço condensado e variação mensal de receitas e despesas, conforme característica da singular).
- Depois de autorizado pela singular, fechamento do sistema (após este procedimento a contabilidade não pode ser alterada).

- Geração e envio de relatórios ao BACEN.
- Confecção da conciliação em planilhas eletrônicas de forma a evidenciar saldos e ou movimentos importantes para controle da singular, após ser impressa são anexados documentos comprobatórios e enviadas aos gerentes para análise.

É evidente que alguns processos possam parecer desnecessários, mas o preparo do fechamento mensal é destinado a dois grupos principais de usuários, os diretores e conselheiros (representantes diretos dos interesses dos cooperados, com pouco ou nenhum conhecimento contábil) e ao BACEN.

3.4 RELATÓRIOS CONTÁBEIS

Após os processos de fechamento, o corpo contábil passa ao processo de confecção dos relatórios para os usuários externos, destinados principalmente à diretoria, gerentes e conselheiros.

Há dois relatórios comuns destinados a estes usuários, o relatório de variação de receita e despesa e o balancete.

Também cabe destacar os relatórios obrigatórios para o BACEN, gerado pelo sistema SAU.

3.4.1 Relatório de variação Receita e Despesa

Na tabela 1 pode-se evidenciar o funcionamento básico do relatório de variação de receitas e despesas.

Tabela 1 Relatório de Variação de Receitas e Despesas

DEMONSTRATIVO RECEITAS E DESPESAS 2007								
	HISTÓRICO	dez-06	jul-07		ago-07		ACUMULADO	ACUMULADO
5	TOTAL RECEITAS OPER.CRÉDITO	124.971,74	146.958,65	4%	154.068,65	5%	301.027,30	1.072.480,35
6								
12	TOTAL OUTRAS RECEITAS OPER.	194.258,44	176.535,17	2%	169.640,64	-4%	346.175,81	1.489.084,78
15								
16	TOTAL RECEITAS	319.230,18	323.493,82	3%	323.709,29	0%	647.203,11	2.561.565,13
17								
20	TOTAL DESP CAPTAÇÃO	170.061,11	175.831,81	4%	180.195,43	2%	356.027,24	1.424.197,02
21								
49	TOTAL DESPESAS ADMINISTRATIVAS	118.985,38	79.742,83	4%	79.152,74	-1%	158.895,57	598.161,52
50								
53	TOTAL DESPESAS PROVISÕES	(4.412,27)	(1.712,29)	-72%	1.111,86	-165%	(600,43)	(8.711,11)
54								
59	TOTAL OUTRAS DESP OPERACIONAIS	3.421,71	16.943,53	-4%	17.636,55	4%	34.580,08	136.601,28
60								
61	DESPESAS NÃO OPERACIONAIS	-	-	0%	-	0%	-	-
62								
63	TOTAL DE DESPESAS	288.055,93	270.805,88	5%	278.096,58	3%	548.902,46	2.150.248,71
64								
66	RESULTADO							
67	RECEITAS	319.230,18	323.493,82	3%	323.709,29	0%	647.203,11	2.561.565,13
68	DESPESAS	288.055,93	270.805,88	5%	278.096,58	3%	548.902,46	2.150.248,71
69	SOBRAS/PERDAS	31.174,25	52.687,94	-7%	45.612,71	-13%	98.300,65	411.316,42

Fonte: Adaptado de Unicred Central (2007, p.01)

Este relatório está compactado para demonstração, o original possui contas analíticas abertas conforme a necessidade de cada singular. Nota-se que há uma coluna comparativa de variação. No relatório original do qual este foi retirado, as variações são compostas por todos os meses com acumulados semestrais e o total anual.

Na mesma composição do relatório há um campo com a evolução das carteiras, demonstrada na tabela 2 a seguir:

Tabela 2 Carteiras

	CARTEIRAS	dez/06	jan/07	fev/07
1	CHEQUE ESPECIAL	133.746	159.857	172.245
2	EMPRÉSTIMO/FINANCIAMENTO	5.548.212	5.917.974	5.788.670
3	APLICAÇÕES CENTRAL	20.479.068	19.726.592	19.763.587
4	DEPÓSITO A PRAZO	2.611.935	1.945.420	1.832.359
5	DEPÓSITO A VISTA	20.685.713	20.928.447	21.004.260
6	TOTAL DOS DEPOSITOS	23.297.648	22.873.868	22.836.619
7	Nº. DE COOPERADOS	669	669	675

Fonte: Adaptado de Unicred Central (2007, p.01)

Com a evolução das carteiras e número de cooperados são fornecidos também dois gráficos para melhor visualização da evolução por parte dos usuários.

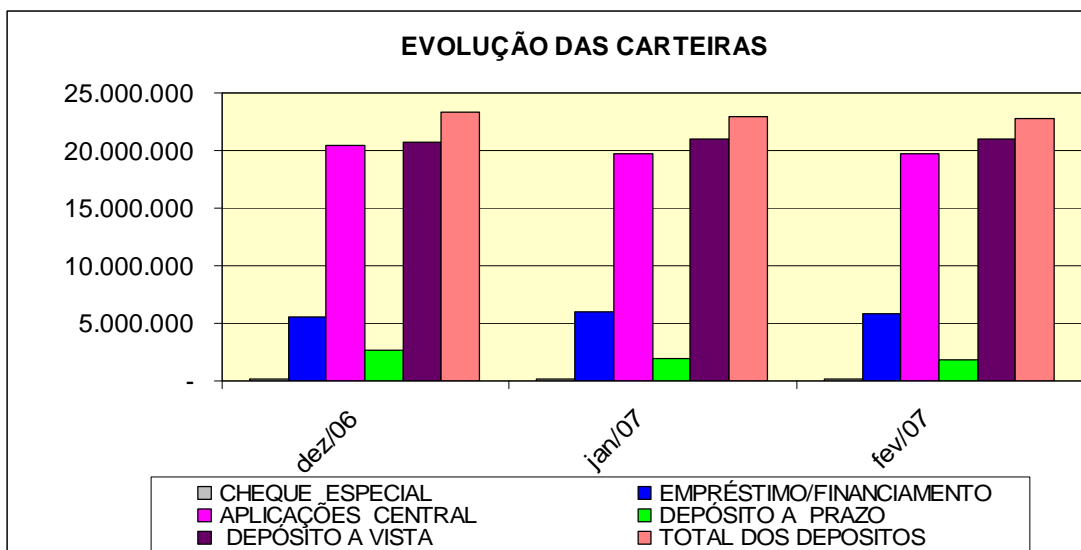


Gráfico 1 Evolução das Carteiras
Fonte: Adaptado de Uniced Central (2007, p.01)

Com este gráfico 1 o gestor pode controlar a variação da composição de suas carteiras, mantendo assim um controle estratégico de seu patrimônio.

No gráfico2 a seguir, evidencia a evolução na quantidade de cooperados, podendo assim comparar períodos de crescimento ou queda na quantidade de associados.

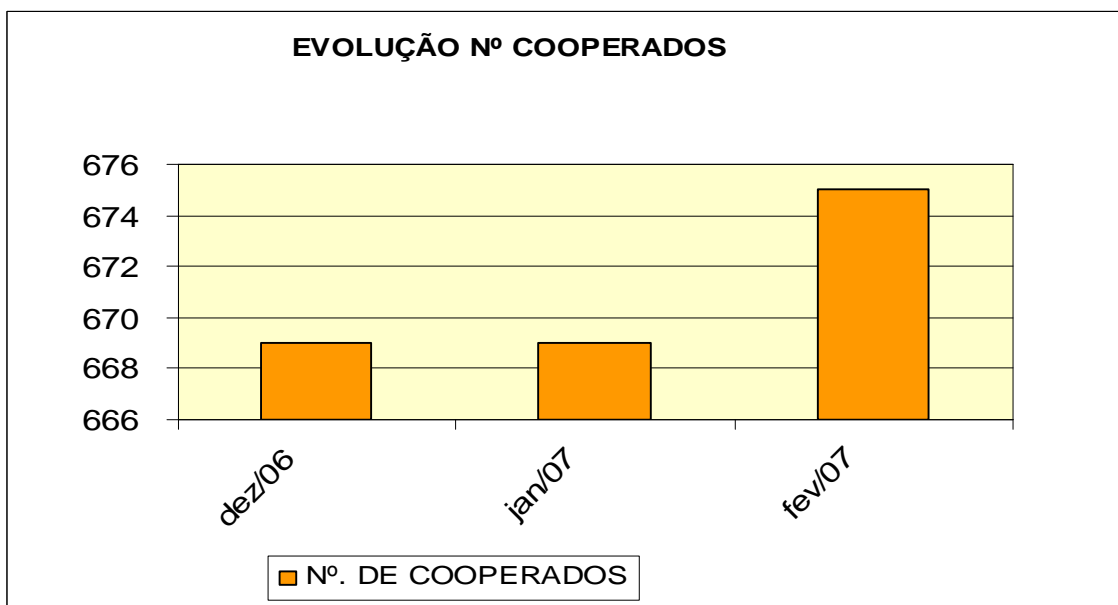


Gráfico 2 Evolução Nº de Cooperados
Fonte: Adaptado de Uniced Central (2007, p.01)


Nos gráficos originais o período é anual, mantendo-se sempre o último mês do ano anterior para efeito comparativo.

3.4.2 Balancete

O balancete (tabela 3) confeccionado na Unicred Central é um relatório para atender a necessidade de usuários com pouco ou nenhum conhecimento em contabilidade.

Pode-se identificar certa simplicidade e compactação de informações, estas características são necessárias para o entendimento e controle destes usuários.

Tabela 3 Balancete
SINGULAR X
BALANCETE 31-08-2007

 ATIVO	ago/07	jul/07	dez/06
ATIVO CIRCULANTE E REALIZÁVEL L/P	26.537.237	27.176.735	26.125.298
DISPONIBILIDADES	12.329	12.780	31.142
CAIXA	12.329	12.780	31.142
DEPOSITOS BANCÁRIOS	0	0	-
RELAÇÕES INTERFINANCEIRAS	18.856.198	19.746.961	20.479.068
APLICAÇÃO CENTRAL	18.856.198	19.746.961	20.479.068
OPERAÇÕES DE CRÉDITOS	7.642.577	7.388.963	5.581.752
ADIANTAMENTO A DEPOSITANTES	324	2.248	1.434
CHEQUE ESPECIAL	171.124	188.305	133.746
EMPRÉSTIMOS/ FINANCIAMENTOS	7.564.057	7.290.227	5.548.212
PROVISÃO CLD	-92.928	-91.817	(101.639)
OUTROS CRÉDITOS	20.122	23.940	32.162
OUTROS VALORES E BENS	6.012	4.091	1.175
PERMANENTE	377.561	371.555	326.105
TOTAL ATIVO	26.914.797	27.548.290	26.451.403
PASSIVO	ago/07	jul/07	dez/06
PASSIVO CIRC. E EXIGÍVEL A L/P	23.675.030	24.368.210	23.639.364
DEPÓSITOS	23.284.819	24.009.632	23.297.648
DEPÓSITOS À VISTA	2.494.763	2.772.138	2.611.935
DEPÓSITO SOB AVISO	13.206.946	13.397.910	-
DEPÓSITOS À PRAZO	7.569.988	7.839.584	20.685.713
OUTROS DEPÓSITOS CONTA INVESTIMENTO	13.122	0	-
OUTRAS OBRIGAÇÕES	390.211	358.578	341.716
SOCIAIS E ESTATUTÁRIAS	11.317	12.429	30.796
FISCAIS E PREVIDENCIARIAS	23.241	18.587	39.663
OUTRAS OBRIGAÇÕES	355.652	327.562	271.257
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	3.141.467	3.127.392	2.812.039
COTAS CAPITAL	2.637.643	2.623.568	2.138.329
RESERVAS DE LUCROS	190.809	190.809	190.809
SOBRAS OU PERDAS ACUMULADAS	313.016	313.016	482.902
CONTAS DE RESULTADO CREDORAS	734.732	411.023	-
CONTA DE RESULTADO DEVEDORAS	636.431	358.335	-
TOTAL PASSIVO	26.914.798	27.548.290	26.451.403

Fonte: Adaptado de Unicred Central (2007, p.01)

Este relatório é confeccionado conforme pedido da singular, respeitando as normas básicas da contabilidade, desta forma é disponibilizado para os usuários a variação dos saldos patrimoniais de forma sucinta, mas completa para a necessidade destes.

3.4.3 Relatórios Obrigatórios ao BACEN

De forma a controlar as movimentações das cooperativas, assim como sua estrutura econômica o BACEN obriga as instituições cooperativas de crédito a enviarem alguns relatórios após o encerramento contábil do mês. São evidenciados no quadro 3 a seguir os relatórios que a Unicred Central gera, envia e recebe o retorno do mesmo junto com sua validação.

No quadro 3 é demonstrado o prazo de envio, que força a central a encerrar a contabilidade de todas suas singulares no máximo até o dia 18 do mês subsequente.

ARQUIVO	DADOS	PRAZO
4010	Balancete Patrimonial Analítico	Até o dia 18 do mês subsequente ao encerrado
3020	Dados Agregados de Risco de Crédito	Até o dia 20 do mês subsequente ao encerrado
4016	Balanço Patrimonial Analítico	Até o último dia do mês subsequente ao encerramento do semestre
3030	Dados Individualizados de Risco de Crédito	Até o dia 20 do mês subsequente ao encerrado

Quadro 3 Relatórios Obrigatórios BACEN

Há outros documentos obrigatórios, mas estes por serem de aspecto operacional ficam a obrigatoriedade de sua geração e envio com a singular, dados que não afetam o fechamento contábil.

3.5 FLUXOS DE INFORMAÇÕES DA CONTABILIDADE CENTRALIZADA

A seguir é evidenciado o processo da contabilidade centralizada das cooperativas de crédito.

A ilustração 5 a seguir demonstra o fluxo de informações e os principais usuários a elas interessados.

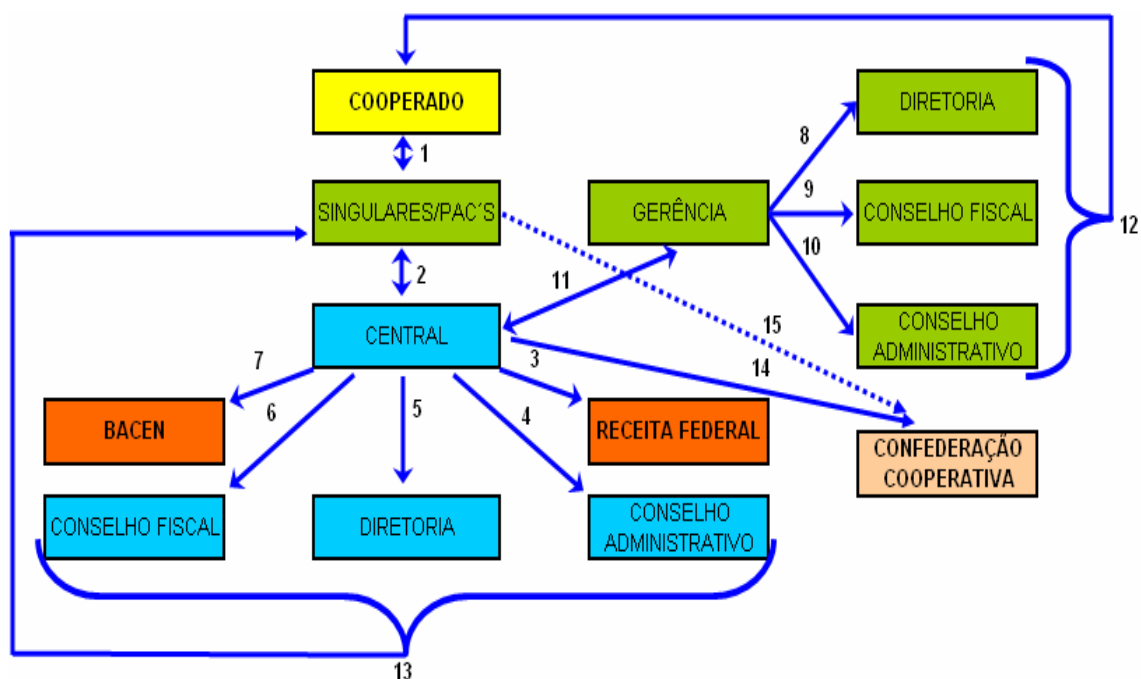


Ilustração 5 Fluxo de Informações Contábeis

A análise inicia pelo movimento da seta nº1. Nela são indicadas as movimentações de serviços prestados ao cooperado pela cooperativa singular e ou seu PAC, estas informações correspondem as movimentações de títulos de repasse, aplicações e c/c.

Na seta nº2 é evidenciada a alimentação das informações da singular na central, possuindo um representante para auxílio a central. A cooperativa singular deve fornecer por base manual documentos e as disponibilidades conciliadas com seus respectivos documentos comprobatórios, todas as outras movimentações são efetuadas automáticas via sistema. Esta movimentação tem mão dupla, pois várias informações gerenciais são fornecidas pela central aos respectivos interessados na singular.

A movimentação 11 corresponde aos relatórios que a central prepara e envia a singular, assim como a necessidade de alterações ou esclarecimentos. As gerências das singulares costumam utilizar estes demonstrativos em suas reuniões de diretoria e conselho, estes representados pelo fluxo 8,9 e 10 são os representantes diretos dos interesses dos cooperados das singulares (nº12).

As setas nº. 3 e 7 representam os relatórios e declarações obrigatórios das singulares enviadas e confeccionadas pela central aos respectivos órgãos de competência. Já as setas 14 e 15 representam a alimentação de dados à confederação cooperativa para a confecção do nível de risco e classificação das cooperativas em nível nacional.

Nas setas 4, 5 e 6 estão representadas as informações fornecidas a diretoria e conselheiros da central. Estes representam os interesses dos cooperados da mesma, que no caso as singulares (seta nº13).

Existem outros usuários internos e externos, mas para este projeto houve a necessidade de compactação.

3.6 DIFERENÇAS CONTÁBEIS

Ao aplicar estas rotinas, os gestores do sistema Unicred possuíam um aspecto importante a atingir, a identificação e resolução das pendências e diferenças contábeis.

Neste item é evidenciada a problemática no tratamento destas diferenças e o resultado atingido com as rotinas aplicadas pelo processo de centralização contábil.

3.6.1 Tratamento das Diferenças Contábeis antes da Centralização

Cada singular antes da centralização possuía prazos de regularização próprios, diante deste problema várias diferenças contábeis passavam seu prazo de permanência permitido, sendo reconhecidas como despesa ou receita. Este problema afetava os cooperados, pois a maioria das pendências estão vinculadas a algum ato cooperado.

3.6.2 Tratamento das Diferenças Contábeis após a Centralização

Com as rotinas contábeis, a identificação e regularização tornaram-se processos ágeis e satisfatórios para os gestores, após conferido o dia e identificada uma pendência, atualmente em média leva-se 4 dias para sua regularização.

As conciliações das contas na rotina de fechamento, possibilitam a singular regularizar em média até 85% de suas pendências, pois além de identificar, a Unicred Central cobra a regularização das mesmas, enviando correspondências diretamente aos gestores se necessário.

3.7 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste capítulo são analisados os resultados obtidos nesta pesquisa, evidenciados no quadro 4 a seguir:

CARACTERÍSTICA	SEM CENTRALIZAÇÃO CONTÁBIL	COM CENTRALIZAÇÃO CONTÁBIL
Padronização dos processos contábeis	Pouca ou nenhuma	Próxima a total (plano de contas e processos padronizados, apenas as especificidades de cada singular diferenciam alguns processos em sua centralização)
Flexibilidade	Dependente do profissional contábil	Total aos administradores
Comparabilidade dos dados entre as cooperativas	Pouca ou nenhuma (Falta de padronização nos relatórios gerenciais, e dificuldade na obtenção de informações)	Total comparabilidade (padronização e disponibilização total das informações)
Normatização	Cada singular tinha sua interpretação	Interpretação de leis padronizadas Padronização nas normatizações
Prazos	Não havia	Padronização no cumprimento dos prazos estabelecidos
Devedores e Credores Diversos	Não eram identificadas e ou regularizadas nos prazos exigidos	Acompanhamento dos grupos Regularização das pendências Cumprimento dos prazos de regularização
Custo	Alto (um contador por singular)	Baixo (várias singulares por contador)
Elenco de rotinas	Dependente do profissional contábil	Iguais a todas as singulares

Quadro 4 Análise dos Resultados

Pode-se destacar dois aspectos fundamentais para o funcionamento das rotinas contábeis da Unicred Central: organização funcional e alta flexibilidade.

- A organização é identificada na escolha de processos e procedimentos, podemos evidenciá-los nas divisões das rotinas e no elenco das prioridades, esta organização é alcançada através do ponto de foco escolhido, o bem-estar do cooperado.
- A flexibilidade foi primordial na importância dada ao gestor, este possui a disponibilidade de customizar relatórios e processos conforme sua necessidade, também é notada quanto à aceitação de mudanças nas rotinas estipuladas, como estas seguem a temporalidade e regulamentações do BACEN, estão em contínua mudança.

Com estas características assumidas pela Unicred Central no processo de centralização contábil, as singulares, gestores, cooperados e entidades reguladoras são beneficiados pela praticidade e organização, demonstrando que por escolha do gestor ou obrigatoriedade dos entes reguladores, o processo de centralização contábil possui resultados positivos a considerar.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este capítulo é destinado a observações finais quanto a problemática, objetivos e sugestões de trabalhos futuros.

- QUANTO À PROBLEMÁTICA

O processo de centralização contábil em cooperativas de crédito serve como exemplo de mudanças em processos contábeis e gerenciais. Nota-se que os principais aspectos para este processo realizar-se são o planejamento antecipado e flexibilidade para as mudanças.

Este processo trouxe ferramentas flexíveis e rotinas que facilitam e antecipam os aspectos que os gestores possuíam necessidade, no caso prático, a identificação de distorções, erros e uma possível normatização obrigatória do mesmo.

- QUANTO AOS OBJETIVOS

Todos os aspectos referentes ao objetivo foram atingidos, pois demonstrou-se as rotinas aplicadas e aspectos únicos deste processo, tanto na singular como na central, tendo como resultado em suas rotinas a simplicidade e aplicabilidade prática, demonstrando-se como alternativa viável para os gestores e entidades reguladoras.

Destacando que o objetivo geral é evidenciar os aspectos relevantes na centralização contábil das cooperativas de crédito centrais e afiliadas, demonstrando as rotinas contábeis e resultados de sua adoção.

Cabe lembrar os objetivos específicos e após, sua elucidação:

- Evidenciar a origem das escolhas das rotinas contábeis aplicadas na cooperativa singular pela cooperativa central.

Quanto à origem observou-se a atenção aos movimentos oriundos do ato cooperado, prezando por sua regularidade e veracidade.

- Verificar as ferramentas utilizadas nos processos diários.

As ferramentas utilizadas nos processos diários formam as rotinas diárias, comprovadas por sua conciliação e conferência assim como das rotinas físicas.

- Validar os procedimentos na centralização contábil.

Evidenciou-se no último capítulo o resultado atingido com o processo, assim validando os procedimentos da centralização contábil.

Estes procedimentos por possuírem a flexibilidade e a vantagem da customização pelos gestores e colaboradores responsáveis, demonstram a qualidade do processo e que este ainda esta em contínua evolução.

- Demonstrar o funcionamento e particularidades das rotinas contábeis aplicadas à centralização contábil na cooperativa central de crédito.

Quanto ao funcionamento das rotinas contábeis é de destaque que possui aspectos comuns com contabilidades de outras entidades, mas o aspecto mais interessante observado foi a urgência e regularidade dos processos, por possuir prazos estipulados a contabilidade deve-se ser alimentada dia a dia, formando um processo contínuo e com prazos muito curtos frente a outras instituições.

O processo de centralização contábil descrito nesta pesquisa demonstrou com características que até a presente data garantem seu sucesso e continuidade, como organização, flexibilidade e diminuição dos custos da contabilidade nas cooperativas afiliadas.

Podendo esta monografia servir como roteiro ou ponto de partida a qualquer cooperativa de crédito nacional que venha centralizar a contabilidade.

- SUGESTÕES PARA TRABALHOS FUTUROS

O universo contábil possui uma gama diversificada de assuntos a tratar em uma monografia, mas os acadêmicos possuem certa limitação aos assuntos tratados em seus projetos.

Ao término deste trabalho, surgiram vários assuntos interessantes para estudos universitários.

Sugere-se como temas:

- Demonstrações do funcionamento de rotinas aplicadas em outras instituições.
- Comparação da contabilidade em instituições com finalidades semelhantes, mas com órgãos reguladores ou normas diferenciadas.
- Estudo das normas contábeis (COSIF) aplicadas a bancos comerciais.
- Estudos focados na contabilidade de cooperativas diversas.

REFERÊNCIAS

BACEN, Banco Central do Brasil, Disponível em: <<http://www.bcb.gov.br/>> .Acesso em: 03 Jul. 2007.

BECHO, Renato Lopes, *Elementos de Direito Cooperativo*. São Paulo: Dialética, 2002.

BECKER, Alvido, *Auditoria Externa Aplicada às Sociedades Cooperativas: Aspectos Patrimoniais, Formais e Sociais*. São Paulo: IOB Thompson, 2004.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, *Procedimentos para apresentação e normalização de trabalhos acadêmicos: Apresentação Gráfica*, Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/design/Grafica.html/>> Acesso em: 13 Jul. 2007.

BIBLIOTECA UNIVERSITÁRIA DA UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA, *Normas Para Citação em Documentos*, Disponível em: <<http://www.bu.ufsc.br/design/Citacao1.htm/>> Acesso em: 13 Jul. 2007.

BRASIL. Lei n. 5.764 - de 16 de dezembro de 1971. Dispõe da Política Nacional do Cooperativismo. Lex: Disponível em: <<http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=102369/>> Acesso em: 13 Jul. 2007.

COSIF, Contabilidade do Sistema Financeiro. Disponível em: <<http://www.cosif.com.br/mostra.asp?arquivo=cosifeindice/>> Acesso em: 13 Jul. 2007.

FRANCO, Hilário. *Contabilidade Comercial*. São Paulo: Atlas, 1979.

HENDRISKASEN, Eldon S., BRENDA. *Teoria da Contabilidade*. São Paulo: Atlas, 1999.

MEINEN, Ênio, DOMINGUES, J. N., DOMINGUES, J. A. Stefanos. *Aspectos Jurídicos do Cooperativismo*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002a.

MEINEN, Ênio, DOMINGUES, J. N., DOMINGUES, J. A. Stefanos. *Cooperativas de Crédito no Direito Brasileiro*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2002b.

MEINEN, Ênio, DOMINGUES, J. N., DOMINGUES, J. A. Stefanos. *O Adequado Tratamento Tributário das Sociedades Cooperativas*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003a.

MEINEN, Ênio. *O Ato Cooperativo nas Cooperativas de Crédito*. Porto Alegre: Sagra Luzzatto, 2003b.

PINHEIRO, Marcos A. Henriques. *Cooperativas de Crédito: História da Evolução Normativa no Brasil*. Brasília: BCB, 2006.

POLONIO, Wilson Alves, *Manual das Sociedades Cooperativas*. São Paulo: Atlas, 1998.

RIBEIRO, Ana Maria, *Bancos compensam redução de juros com aumento de tarifas, diz Mantega*. Disponível em:
< <http://www1.folha.uol.com.br/folha.shtm> |> Acesso em: 03 Jul. 2007.

RIBEIRO, Osni Moura. *Contabilidade Básica*. São Paulo: Saraiva. 2005.

RIZZARDO, Arnaldo. *Contratos de Crédito Bancário*. São Paulo: Editora: Revista dos Tribunais, 5ª Edição, 2000.

SILVA, Edna Lúcia da, MENEZES, Estera Muzscat, *Metodologia da Pesquisa e Elaboração de Dissertação*. Florianópolis: Laboratório de Ensino a Distância da UFSC, 3ª Edição, 2001.

UNICRED CENTRAL SANTA CATARINA, *Relatórios Internos*. Florianópolis: Não Publicados, 2007.

UNICRED DO BRASIL, Disponível em: <<http://www.unicred.com.br/>> Acesso em: 03 Jul. 2007.

OCB, Organização das Cooperativas Brasileiras. Disponível em:
<<http://www.brasilcooperativo.com.br/>> Acesso em: 03 Jul. 2007.

OCESC, Organização das Cooperativas do Estado de Santa Catarina. Disponível em: <<http://www.ocesc.org.br/>> Acesso em: 03 Jul. 2007.